

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 95
Junho – 2008

S U M Á R I O

- 2 Pequena lição de *Realpolitik*
Paulo Roberto de Almeida
- 5 Perspectivas para o restabelecimento do consenso político no Líbano: o peso real dos fatores regionais
Pablo P. Sampedro Romero
- 8 Banho-maria ou mudança? Eleição presidencial e a formação da política comercial dos EUA
Mark S. Langevin
- 11 A Ásia, os fenômenos naturais e como o Direito tangenciou a Moral no sistema internacional
Tiago Wolff Beckett
- 13 McCain: ruptura ou continuidade da gestão Bush?
Virgílio Arraes
- 15 Unasul: 'uma América do Sul unida mexerá com o tabuleiro do poder no mundo'. Será?
Wilson Tadashi Muraki Junior
- 18 Interesses nacionais não são "dados": as relações indo-paquistanesas sob o prisma do Construtivismo
Diogo Mamoru Ide
- 21 A Operação *Makavhoterapapi* e a limpeza política do Zimbábue
Evandro Farid Zago
- 25 O direito internacional dos povos indígenas: colisão multidimensional de direitos?
Felipe Kern Moreira
- 27 Os vínculos entre a política interna israelense e a resolução da "questão palestina"
Heitor Figueiredo Sobral Torres
- 31 Cúpulas América Latina-Caribe-União Européia (ALC-UE): elementos para a construção mais eficaz de uma agenda birregional
Marcos Paulo de Araújo Ribeiro
- 34 Testes Balísticos no Sul da Ásia, a relação Índia-Paquistão
Artur Andrade da Silva Machado
- 37 A Sérvia pós-Milošević: rumo incerto
Adalgisa Borzi Soares
- 40 Mianmar e sua contagem regressiva para uma suposta transição de regime
Heloíza Feltrin Bandeira
- 43 Referendos na Bolívia: separatismo ou contestação?
Isabele Villwock Bachtold

McCain: ruptura ou continuidade da gestão Bush?

VIRGÍLIO ARRAES*

Definido como o candidato à Presidência pelo Partido Republicano, o Senador John McCain encontra-se diante de um cenário eleitoralmente adverso, ao ter de superar o legado negativo do Presidente George Bush, materializado já há muito em baixos índices de aprovação, principalmente em seu último ano de gestão.

Internamente, há o espectro da recessão que se faz mais e mais presente, estimulada pelos reajustes vigorosos do preço do petróleo; externamente, há a condução desastrosa de duas frentes de batalha na área médio-oriental e cercanias. Em face de tamanhas adversidades, qual o melhor caminho a trilhar perante o eleitorado norte-americano?

À primeira vista, os republicanos deveriam procurar desembaraçar-se do ideário neoconservador que, aplicado à política exterior, se revelou funesto. Entrementes, é possível delinear a inclinação do grupo de McCain pelas linhas gerais formuladas e mal aplicadas no presente mandato. Anteriormente ao desencadear das duas guerras, o seu posicionamento era favorável ao neoconservadorismo.

Naquele momento, isto não lhe fazia destoar da maior parte dos republicanos. Contudo, decorridos quase dois mandatos, é um aspecto preocupante desejar a manutenção de tais posicionamentos diante de tanto desgaste. No plano interno, o aspecto mais preocupante é a interpretação restritiva da Quarta Emenda, em nome do combate ao terror. Além do mais, não se pode esquecer do emprego de prisões reservadas por tempo indeterminado e da utilização de técnicas de tortura para obtenção de informações.

Nessesentido,osrepublicanosneoconservadores, se McCain for vitorioso, necessitariam de apenas mais um voto para alterar o perfil do Supremo Tribunal

com o fito de reconhecerem-se mais poderes para a Presidência. Dos nove ministros, quatro alinham-se no lado mais conservador: Samuel Alito, Antonin Scalia, Clarence Thomas e John Roberts, atual presidente da Corte.

Nas primeiras semanas do pós-11 de setembro, houve um consenso na comunidade internacional em torno da eliminação de locais onde se abrigassem grupos radicais – defensores do emprego de armas de destruição em massa ou de ataques indistintos a alvo civis, por exemplo – como no caso dos talibãs no Afeganistão, desde que autorizados pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

No entanto, isto aconteceu apenas com o Afeganistão. No caso do Iraque, sem o eventual aval onusiano, o internacionalismo da administração Bush resumiu-se à idéia de uma guerra mais que preventiva, visto que o adversário poderia ter sido qualquer país encarado como uma ameaça potencial à segurança do país. Destarte, o direito internacional foi posto em plano secundário.

McCain não diverge das linhas gerais da política externa atual, dado que se posiciona entre os que advogam o direito ‘natural’ de os Estados Unidos defenderem, sem restrições, os países do eixo transatlântico. Em sua visão, cabe aos norte-americanos – dado o seu poderio – a responsabilidade de agir, sem tergiversar, a fim de que outro ataque terrorista não aconteça mais.

Nesse sentido, a atuação dos organismos internacionais é vista como morosa, em decorrência de seus trâmites burocráticos, o que então poderia prejudicar – mesmo involuntariamente – a segurança global. Assim, países subscritores do terrorismo e da posse de armas de destruição em massa encaixar-se-iam, de forma automática, no estado de guerra, o

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br)

que justificaria, por sua vez, uma pronta ação norte-americana.

Além das preocupações com a segurança mundial, a liberdade também está no primeiro plano, de sorte que o unilateralismo estadunidense se fundamenta em um imperativo moral, ao encarregar-se de auxiliar a implementação de regimes, em tese, democráticos. Como consequência, a paz global se fortaleceria.

Quanto à presença em solo iraquiano, McCain não apresentaria, por conseguinte, ao eleitorado **mea culpa** algum, visto que, desde o início de 2002, subscrita a guerra ao terror. Naquele período, ele já havia apoiado a afirmação de que a ditadura de Saddam Hussein teria armas de destruição em massa e ajudaria grupos terroristas da estirpe da Al-Qaida, ou seja, fundamentalistas. Na realidade, em face do secularismo daquele regime autoritário, tais grupos repudiavam-na.

A justificativa de McCain para não reconhecer o apoio equivocado ampara-se não no erro da guerra em si, porém no de sua execução. A fim de corrigi-lo, haveria a necessidade, portanto, de enviar mais tropas para as frentes de combate. Como os Estados Unidos não têm mais condições de arcar solitariamente com tal fardo, a idéia é, no futuro, agregar outras potências com o objetivo de compor uma coligação democrática.

Ela seria responsável pela manutenção da estabilidade mundial. No entanto, somente entraria em cena, caso o Conselho de Segurança das Nações Unidas se recusasse a atuar. De certa maneira, seria a revivescência – ao mesmo tempo que formalização – da Coligação da Vontade, empregada para iniciar a segunda Guerra do Golfo. A formação desta aliança seria o primeiro passo para reformular o sistema de segurança coletiva, moldado ainda no final da Segunda Guerra Mundial.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org>